

Home > Brasil

Cigarros eletrônicos: Anvisa estuda revisar proibição; para AMB, liberação seria retrocesso

A fabricação, a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar são proibidas desde 2009


 Modo escuro

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE



Vape: dispositivo é vetado pela Anvisa. (Zare Khan/Getty Images)



Leticia Furlan

Publicado em 1 de dezembro de 2023 às 06h07.

A regulamentação de **cigarros eletrônicos** pode ganhar novos rumos nesta sexta-feira, 1. Diretores da **Anvisa** (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) terão uma reunião ordinária para discutir a proposta de consulta pública para revisar a resolução que proíbe a fabricação, a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer **dispositivos eletrônicos para fumar** — a **RDC 46/2009**. A proposta será analisada e, dependendo do parecer, poderá ir a para consulta pública. Se a etapa de consulta for aprovada, o texto ficará disponível para envio de contribuições dos interessados e, no limite, a regulação poderia ser revista.

Também conhecidos como cigarros eletrônicos, *vapes* ou *pods*, os dispositivos são proibidos no Brasil desde 2009. Em 2019, a Anvisa iniciou um processo regulatório para a discussão e a atualização de informações técnicas sobre o tema. Em junho de 2022, a agência aprovou o relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR).

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

Para o presidente da Comissão Antitabagismo da Associação Médica Brasileira (AMB), Ricardo Meirelles, a liberação do cigarro eletrônico seria um retrocesso.

"O programa brasileiro de controle ao tabagismo é muito exitoso. Mas isso pode mudar caso haja a revisão da proibição. Quando as pessoas começaram a fumar, lá no início do século passado, ninguém tinha conhecimento dos malefícios do cigarro. Na década de 1950, surgiram os primeiros estudos que comprovaram que o hábito causava câncer de pulmão. Hoje, sabemos que mais de 50 doenças estão relacionadas ao tabagismo", afirma.

Veja também

Lei do Agrotóxico: as boas notícias no PL 1459 aprovado no Senado

Anvisa manda recolher lotes de Sílvia Cereser sabor maçã; veja quais

Anvisa dá aval e novo tratamento de câncer terá ensaio clínico

Liberar o uso do dispositivo eletrônico, na opinião de Ricardo, abriria margem para que, no futuro, o país tenha uma população de jovens com doenças cardiovasculares, doenças respiratórias e vários tipos de câncer.

"Temos que cortar o mal pela raiz. Por isso a AMB apoia que se mantenha a proibição da fabricação, comercialização, importação e a propaganda dos cigarros eletrônicos", diz, salientando também a importância da fiscalização e educação sobre o assunto.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

O cigarro eletrônico faz mal à saúde?

"Não existe nenhum benefício no uso dos cigarros eletrônicos. Foi comprovado que o seu uso é um fator independente para doenças respiratórias, como asma, e doenças cardiovasculares, como infarto do miocárdio", afirma o presidente da Comissão Antitabagismo.

Isso porque o vapor do dispositivo contém substâncias tóxicas e cancerígenas e, segundo estudo com cobaias, o seu uso eleva o câncer de pulmão e bexiga.

E o médico é enfático: "Essa história de que o uso do cigarro eletrônico é uma forma de redução de danos também não é verdade. Não existe isso no tabagismo. A partir do momento que a pessoa troca o cigarro tradicional pelo eletrônico, ela continua inalando substâncias tóxicas e estando dependente da nicotina".

Existe, inclusive, uma doença relacionada exclusivamente aos *vapes* e *pods*, a EVALI, sigla em inglês para lesão pulmonar associada a cigarros eletrônicos ou vaping.

Mais sobre: **Anvisa**, **Cigarros eletrônicos**



Leticia Furlan

Repórter

Jornalista formada pela Faculdade Cásper Líbero e pós-graduada pela Fundação Getúlio Vargas, foi repórter de negócios, carreira e mercado de trabalho na Editora Abril. Com passagens também pelo portal iG, UOL e rádio Antena 1.

